

## ■ Poder Viver

.....**Simone Sobral Sampaio**

Gosto muito de Guimarães Rosa, e as razões para isso são muitas; a principal é que ele dá conta de produzir palavras, compreensões, sonoridades. Dizer palavras “próprias” ao lugar de que fala não seria o termo correto, pois que reduz ao sentido de propriedade. São palavras pensantes.

Penso que seria exatamente o caso preciso dos acontecimentos e movimentos que se vivem hoje na América Latina, são movimentos que requerem um léxico pensante. Algo mais importante se apresenta: o que parece é que a singularidade da América Latina está no fato dela se tornar um imenso lugar de produção de si, o que exige um tamanho absurdo de reflexão. Tanta que não é a pretensão desse pequeno ensaio, que objetiva, pelo menos, cartografar alguns acontecimentos para além do mapa – em que se vive tanto tempo – fornecido pelo colonizador, em boa medida apresentado pelo cinismo da mídia dominante.

Hoje, o mapa do colonizador está dentro do mapa do colonizado, esse processo *de-dentro* ocorreu muito violentamente, não apenas porque de digestão difícil e remosa – dessas que se não soubermos o tempo de cozimento adequado corre o risco de matar<sup>52</sup>; não apenas porque sua entrada em um interior tão eficaz e frágil poderia penalizar essa delicada construção, mas também porque esse processo de engolir foi imposto, submetido pela força, feito com a colher da estupidez e da exploração. Na América Latina, o capitalismo veio desnudo com genocídio, etnocídio, economicídio. Sua atual e complexa forma de dominância combina-se com a crueza do seu aspecto original.

Então, o primeiro processo foi esse difícil “aprendizado”. Quem diria que depois de séculos de colonização, embranquecimento, e voraz permissividade capitalista, o mosaico América Latina sobreviveria e resistiria?

Sobre isso fala esse texto, particularmente desse processo de cozimento, pensando desde Bolívia:

Na América Latina, o processo de simplificação imposto pela colonização portuguesa e espanhola homogeneizou as milhares etnias aqui presentes,

---

52 A maniçoba é um dos pratos de origem indígena, da culinária paraense. O seu preparo é demorado, é preciso que as folhas de maniva/mandioca sejam cozidas por quase sete dias para que dessa planta seja retirado o venenoso ácido cianídrico.

com o nome de índio<sup>53</sup>. O que de início eram “povos<sup>54</sup>”, com práticas e valores múltiplos, com etnias variadas e organização específica, foram ajustados como simplesmente índios. A imposição de classificação foi uma forma do colonizador não apenas identificar/nomear o colonizado, mas também de produzir defasagem/déficits em seu próprio reconhecimento através de intensa uniformização. Uma forma singela para identificar rapidamente aqueles que iriam lhes servir. Um processo tão profundo que é muito provável que até hoje se desconheça quem é essa multiplicidade.

Se a “nossa geração aprendeu uma lição importante: o capitalismo não morrerá de morte natural”, como diz Walter Benjamin, aprendeu também que as relações de poder capitalista operam a morte como discurso benéfico. A forma de exercício do poder contemporâneo se expressa através da biopolítica que, resumidamente, se mostra através da gestão da população: como “fazer morrer e deixar viver”. A crença de um projeto que se espalha em nome da vida recompõe agenciamentos diversos de morte de todo tipo. Esse aparente paradoxo dá mostras e atualiza o racismo sendo:

*(...) o modo pelo qual, no âmbito da vida que o poder tomou sob sua gestão, se introduz uma separação entre o que deve viver e o que deve morrer. A partir do continuum biológico da espécie humana, a aparição das raças, a distinção das raças, a qualificação de certas raças, a qualificação de certas raças como boas e outras como inferiores será um modo de fragmentar o biológico que o poder tomou a seu cargo, será uma maneira de produzir um desequilíbrio entre os grupos que constituem a população (Foucault, 1996, p.206).*

O racismo serve, também, como justificativa para eliminar o outro em nome de um suposto interesse geral. Dessa forma, o Estado pode assumir-se como homicida, tanto através de mecanismos diretos, como também indiretamente via a exposição ao risco de morte, seja física, política, cultural ou social. Os indesejáveis podem ser desprezados de modo legítimo. Esse funcionamento do poder perpetra a exclusão e o desterro a subgrupos ou países inteiros, e demonstra o capitalismo como um sistema vivo de produção de mortes.

A homogeneização somou-se à mestiçagem como estratégia sólida de disfarce do racismo, ambas asseguradas por uma espécie de colonialidade ideológica. Como se sabe, apenas em 1952 foram reconhecidos alguns direitos aos indígenas na Bolívia, como o de votar e de freqüentar a escola. Caso um latifundiário

53 Índio vem do latim: in(sem)-dio(deus). Indígena vem de indigente, indigno.

54 Por exemplo, há 40 etnias na Bolívia e 180 línguas indígenas no Brasil.

decidisse vender suas terras, com elas vinham também, como parte do mobiliário, os indígenas<sup>55</sup> que lá trabalhavam – à semelhança da escravidão. Como no conjunto da América Latina, a Bolívia conheceu ditaduras violentas como a do general Hugo Bánzer (1971-1978), só para citar uma.

A violência-morte também produziu uma espécie de surdez social, uma incompreensão lingüística, a maioria indígena, para falar, precisava que sua voz fosse emudecida através do uso de outra língua, sem sair de seu país. Paradoxalmente, uma quantidade de “representantes” matrizaram uma língua ventríloqua, em que o “colonizador” abre sua boca num movimento enganador de representação.

A mudança política no Estado boliviano – se hoje pode ser visível – não resultou de um processo curto, mas de uma longa história<sup>56</sup>. Uma história de crises do Estado que refletia sua ilegitimidade não apenas no exercício da coerção, mas, principalmente, na condução e espelhamento de um projeto “nacional”. Crise imposta, também, por um processo de correlação de forças que se altera, provocando uma inversão de deslocamentos expressivos nos grupos que, posteriormente, disputam a direção governamental. Lutas que afirmavam outro modo de vida, sob pena de seus sujeitos permanecerem como tolerados nesse processo. Resistir pela vida, não apenas a biológica, mas *resistir-viver* para *poder viver* diferentemente do autorizado e instituído, ou seja, como estatística dos censos de pobreza e desigualdade social.

A produção política desses grupos pode ser vista nas juntas vicinais, um poder difuso e complexo, que não tem uma forma pré-determinada de exercício político, mas que tem uma capacidade de articulação intensa e dinâmica. Esse

---

55 Estes eram chamados de *pongos*, trabalhadores sem salários, como servos, vendidos juntos com a terra, submetidos a total exploração.

56 Discurso pronunciado em 22/1/2008 pelo vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, no Congresso Nacional boliviano, na abertura das sessões legislativas de 2008-2009: “Quais são as características da visualização de uma crise de Estado ou de uma revolução? Primeiro, o governo legalmente constituído perde o controle das expectativas e das aspirações de uma parte relativamente importante da sociedade. Em segundo lugar, o governo perde a liderança política, portanto, estamos diante de governos em momentos de crises de Estado, que já não têm capacidade de seduzir os cidadãos. Em terceiro lugar, a crise de Estado manifesta-se quando o controle das Forças Armadas racha, ou quando organismos legítimos da coerção da sociedade entram em contradição e cisões internas. Por último, uma crise de Estado é visualizada quando pedaços importantes da sociedade, anteriormente apáticos, mobilizam-se com outros projetos de vida econômica e política. A Bolívia viveu esses momentos no ano 2000 – dias dramáticos de crises, mas que deram lugar a todo processo que dura até hoje”.

processo foi emblemático no ocorrido em 2003, na cidade de El Alto, que após enfrentar durante meses o exército nacional, ocupa La Paz e destitui o então presidente. Estima-se a existência de 500 juntas vicinais, apenas em El Alto. Elas têm como objetivo o cuidado com o território, culturalmente comunitário (*ayllu*), através de uma dinâmica que inclui as famílias que ali habitam com a utilização de sua própria língua (no caso, o aymara). Como aprendeu o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), “a língua, a linguagem, o modo de relacionar-se com a natureza, eram não apenas uma alternativa de vida: eram, também, uma alternativa de luta”.<sup>57</sup> O apego à terra, traduz-se em elementar e espreado apego à vida. Que serve não apenas como conhecimento para subsistir, mas para poder viver, em um indistinguível processo de produção da vida e da política. Não se trata de realizar uma ode ou sacralização tardia aos modos de vida indígenas, mas um reconhecimento necessário que o mapa da luta não é um tesouro a ser entregue na forma de doutrinação e formação. Lutar passa pela produção da liberdade como abertura para a reconstrução do mundo.

A relação comunitária com a terra serve a Lei de Reforma Agrária e a nova constituição política do Estado. O argumento contrário dos latifundiários é que o título de terra não pode ser repassado exclusivamente às comunidades, porque entendem que há uma homogênea identidade mestiça. Com argumentos biológicos, que suplantam as realidades culturais, sociais e históricas, os latifundiários defendem que, sendo mestiços, os indígenas não teriam direito à propriedade comunitária, que não pode ser vendida. Semelhante argumento é usado hoje, no Brasil, para inviabilizar a política de cotas para negros no acesso ao ensino superior.

Produzir na comunidade territorial significa mais que técnica, usada conforme o que se planta, quer dizer, além de um conhecimento material outra relação com a terra – não fruto de conquista, mas de alimentação recíproca – é construída mutuamente. Então, o processo não é feito apenas entre os sujeitos, com socialização dos riscos, mas com a natureza incluída e não vista como ameaça e resultado de conquista.

Essa descrição da organização territorial andina é suficiente para mostrar a complexidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade de entendê-la com esquemas territoriais já conhecidos tipo centro-periferia:

---

57 Palavras do Subcomandante Insurgente Marcos à Caravana Nacional e Internacional de Observação e Solidariedade às Comunidades Zapatistas. Caracol de La Garrucha, montanhas de Chiapas, 2 de agosto de 2008. <http://www.revistarebeldia.org/revistas/numero62/destino.pdf>.

*As sociedades ameríndias são espaço-cêntricas e a visão do espaço território é holonômica, tetra-dimensional e complexa. O território é considerado em termos de pacha, é um espaço tempo de um território vivo, inteligente, auto-organizador e dinâmico. Desta filosofia provém o planejamento hierático (sacralizado) de Tiwanaku (...). Tiwanaku não é um “centro” no sentido “centro-periferia”, é um nó para onde convergem e se geram as inter-relações de gerência do espaço-tempo (in: Bolívia Jakashiva, 2008, p.195).*

Essa organização inclui a complementaridade de recursos e a reciprocidade do intercâmbio numa visão integral e holística do território. Tudo isso permite conceber uma noção de totalidade diversa, não a hierarquizada com pisos de infra e superestrutura, mas uma “totalidade” transversa, interconectada em pequenas redes aparentemente insignificantes.

Formas novas de democracia na relação movimentos-governo-movimentos, com elementos novos de organização social. Isso constitui não o reforço do modelo Estado-nação, típico de uma concepção tradicional de política que teria como objetivo garantir o bem estar do “povo”. Mas de outro Estado com características à pluralidade (multicultural e plurinacional), com quebra ao seu aspecto homogeneizante e homogenizador. Resultante de uma luta anticolonial de tipo democrático.

Um processo de reinvenção democrática que insiste não apenas em depor presidente. Vale dizer que o movimento insurrecional de 2003 não contou com uma direção partidária, quer dizer, não houve uma única organização que representasse a todos e falasse em seu nome, mas foi realizado por uma multiplicidade de sujeitos atuantes que se auto-mobilizam e coordenam o cerco. Em fevereiro de 2003, houve a grande revolta popular em La Paz, ela durou dois dias e teve como protagonistas povos indígenas com reivindicações de identidade (cultural, social e histórica); em outubro de 2003, uma mobilização maior que a de fevereiro, derruba o presidente Sánchez de Losada. Com sua queda, os protestos se transformaram em festa.

Essa organização, como micro-governos, sinaliza que um lugar centralizado pode até existir, mas não pode ser lugar único, ou ainda do tipo hierarquizador dos diálogos e decisões políticas. A dispersão autônoma, com grupos relativamente pequenos, recria formas diretas de organização política, mostra ser mais eficaz para a vida democrática que a disciplina obediente do formalismo legal, porque permite um encontro horizontal entre esses grupos de forma a criar agilmente ações coletivas. Esse tipo de organização serve também para alterar não apenas a forma-governo, como também a forma-partido. O tradicional partido

político com seu formato de dirigente, sinalizador do quando, por quê e por onde ir, não está na proa do movimento.

A experiência boliviana que sai do subterrâneo, do subsolo de uma superfície colonizada, não é impulsionada pela classe operária típica a qual – tendo papel importante no modo de produção – corresponderia ser protagonista na luta contra o capitalismo. No caso boliviano, o sujeito histórico são muitos, etnias indígenas que não se encerram em partidos e em líderes, e nem se esgotam em Evo Morales. O governo de Evo, como outros da América Latina, é um governo de esquerda, mas nesse caso forjado em um processo desde baixo, que inicia a construção de uma nova Constituição, como parte de um processo constituinte de mudanças jurídicas, institucionais e, principalmente, nas relações de poder.

A recriação de si, fora do lugar do desprezo, imposto por um processo massificante e individualizante do poder, faz com que as gentes bolivianas se legitimem nas suas contestações e desejos em contraposição a uma concepção de direito restritiva que se baseia na impossibilidade da expressão de alteridade. A construção de relações de alteridade é difícil porque pressupõe não uma relação como se o outro fosse um arcaico-*eu* que precisaria ser ajudado e orientado, para chegar a ser como *nós*. Através de pautas de condições do viver, seus protestos mostram que a conjugação de um direito sempre deve ser ilimitante na formação de novas relações sociais. A novidade dessas relações sociais não é um modelo inédito a ser reproduzido em cada país – o que seria mais que um erro –, mas um verdadeiro apreço estratégico no reconhecimento da vida e da liberdade na condução da existência. Quem sabe a criação de outro mundo que entenda finalmente o poder de viver. Por aqui, quando se quer dizer que algo está bem, diz-se que está animado, com ânima-alma-vida.

## Referências

CARUSO, M.M.L.; CARUSO, R.C. *Bolívia Jakashiwa*. Florianópolis: INTI Editorial, 2008.

FOUCAULT, M. *Genealogia del Racismo*. La Plata: Editorial Altamira, 1996.

■.....**Simone Sobral Sampaio** é Assistente Social, professora no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e autora do livro “Foucault e a Resistência”.